

P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	1010671-31.2014.8.26.0566
Classe - Assunto	Procedimento Ordinário - Seguro
Requerente:	RODRIGO DE TULIO BELLASALMA
Requerido:	Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

RODRIGO DE TULIO BELLASALMA ajuizou ação contra SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, pedindo a condenação ao pagamento de importância correspondente ao grau de incapacidade decorrente de acidente de veículo, pois o valor recebido na esfera administrativa não representa a realidade.

Citada, a ré contestou o pedido, alegando que já indenizou a incapacidade constatada. Arguiu preliminar.

Manifestou-se o autor.

O processo foi saneado, repelindo-se as preliminares arguidas.

Realizou-se exame médico-pericial, manifestando-as as partes.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Cuida-se de acidente de trânsito ocorrido em 11 de maio de 2014.

O autor recebeu administrativamente a indenização de R\$ 7.087,50, pela incapacidade funcional resultante, estimada em 70%.

Submetido a exame pericial, diagnosticou incapacidade bem mais modesta, de 5%, correspondente à perda de substância e tendão extensor, com discrepara perda de movimentos de flexo-extensão do quarto e quinto dedos da mão direita (fls. 129).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjst.jus.br

A impugnação do autor, à conclusão pericial, não resiste à constatação de que a perda funcional foi estimada em porcentagem enormemente inferior àquela feita na esfera administrativa, injustificável que perda tão pequena, restrita a alguns movimentos de dois dedos da mão, possa superar os 70% de indenização já pagos.

O autor juntou com a petição inicial um laudo de avaliação de uma fisioterapeuta, estimando a incapacidade em 70% (fls. 18), que por si só se mostra incompatível com a tabela. Com efeito, sequer é razoável imaginar que, considerando um quadro de incapacidade total (100%), a discreta limitação de movimentos de dois dedos da mão possa corresponder a 70% de incapacidade. Isso comparativamente e considerando a tabela existente.

Resumindo: o valor já pago supera o grau de incapacidade apurado na perícia judicial, do que decorre a improcedência da ação.

A Lei nº 6.194/74, com as alterações introduzidas pela Medida Provisória 340/2006, depois confirmada pela Lei 11.482/2007, e pela Lei 11.95/2009, são três as formas de reparação contempladas: a) R\$ 13.500,00 no caso de morte; b) até R\$ 13.500,00 no caso de invalidez permanente; e c) até R\$ 2.700,00 no caso de despesas de assistência médica e complementares, devidamente comprovadas.

Dispõe o § 1º do artigo 3º que, "No caso da cobertura de que trata o inciso II (invalidez permanente) do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura;

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Portanto, a indenização é devida em função do grau da incapacidade funcional detectada.

Não se indeniza pelo máximo do tabela.

SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. SINISTRO OCORRIDO SOB A ÉGIDE DA LEI 6.194/74, COM AS ALTERAÇÕES DAS LEIS 11.482/2007 E 11.945/2009. CRITÉRIO DE CÁLCULO DE ACORDO COM O GRAU DA LESÃO SOFRIDA. CONSTATAÇÃO DE PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. HIPÓTESE EM QUE A AUTORA RECEBEU VALOR SUPERIOR AO DEVIDO. IMPROCEDÊNCIA RECONHECIDA. RECURSO IMPROVIDO NESSA PARTE. 1. A Lei a aplicar é aquela vigente na ocasião do sinistro, devendo o cálculo da indenização do seguro obrigatório DPVAT seguir os parâmetros apontados pela redação da Lei 11.945/2009 (MP 451/2008), que deu nova redação à Lei nº 6.194/74, a determinar que, em caso de invalidez parcial e permanente, deve ser paga em proporção à lesão, devendo ser aplicada a tabela elaborada para o seguro de acidentes pessoais. 2. Na apuração do valor da indenização deve ser levado em conta o grau de incapacidade apurado, aplicado sobre o valor equivalente a R\$ 13.500,00. 3. Realizado o cálculo respectivo, constata-se que já ocorreu o pagamento de valor superior ao devido, de onde advém o reconhecimento da improcedência do pedido (TJSP, APELAÇÃO Nº 1029424-13.2013.8.26.0100, Rel. Des. Antonio Rigolin, j. 29.09.2015).

SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - Responsabilidade civil - Indenização - Acidente de trânsito - Lesão no membro inferior esquerdo - Indenização devida, vez que comprovados o dano e a sua relação com o acidente Perícia judicial que apura o percentual de 25% de limitação funcional, de acordo com a Tabela da SUSEP - Acidente ocorrido em 2012 e, portanto, sujeito à Lei 11.945/09 - Pretensão do segurado de recebimento da indenização de 100%, no montante de R\$ 13.500,00 - Descabimento,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

porquanto a Lei nº 11.945/09 graduou as indenizações de acordo com o grau de incapacidade do segurado e a sequela do autor equivale a 25% do valor total indenizável - Porcentual apurado pela perícia que se mostra correto, sendo descabida a pretensão de majoração - Correção monetária devida desde o ajuizamento da ação, ante a ausência de prova de recusa da seguradora em efetuar o pagamento administrativo Recurso parcialmente provido unicamente para esse fim (TJSP, APELAÇÃO SEM REVISÃO Nº: 0010844-70.2012.8.26.0363, Rel. Des. Carlos Nunes, j. 29.09.2015).

COBRANÇA. SEGURO DPVAT. Complementação. Em caso de invalidez parcial a indenização deve ser paga de forma proporcional ao grau da invalidez apresentada (Súmula 474 do STJ). Apuração em perícia de que a perda funcional experimentada pela autora foi de 6,25%. Indenização paga administrativamente que não comporta acréscimo. Recurso desprovido (TJSP, Apelação nº 1003109-97.2013.8.26.0309, Rel. Des. Milton Carvalho, j. 24.09.2015).

Até porque o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça é de que: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez" (Súmula 474).

Diante do exposto, rejeito o pedido e condeno o autor ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, desde que demonstradas, e dos honorários advocatícios do patrono da ré, fixados por equidade em 15% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento. A execução dessas verbas, porém, fica suspensa, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50.

P.R.I.C.

São Carlos, 02 de outubro de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA